

Notícias Sindicais, 17/03/14

Federação Nacional dos Urbanitários

17 de março: Dia nacional de Luta em Defesa das Distribuidoras de Energia do Sistema Eletrobras

No dia 17 de março, segunda-feira, será realizado o Dia Nacional de Luta em Defesa das Distribuidoras de Energia do Sistema Eletrobras e pela Renovação das Concessões (MP 579/12 – Lei 12.783/13) e contra a sua privatização. Será um grande ato promovido pelos seis sindicatos que representam os trabalhadores da Eletrobras Distribuição Alagoas, Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Amazonas Energia, Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Acre e Eletrobras Distribuição Roraima.

A FNU apoia integralmente a luta dos sindicatos, por isso, vem participando ativamente da formalização da Frente Parlamentar em Defesa das Distribuidoras de Energia do Sistema Eletrobras, que foi lançada dia 25 de fevereiro, no Congresso Nacional. E que terá papel estratégico no sentido de buscar de forma oficial o compromisso da candidata Dilma Rousseff de não privatizar as distribuidoras de energia da Holding.

É importante destacar que na esfera do Congresso Nacional a Frente Parlamentar vai atuar junto a ANEEL para renovar as concessões das distribuidoras da Eletrobras, para que a ameaça de licitação/privatização seja definitivamente afastada.

Neste dia de luta é importante ressaltar o papel estratégico que as Distribuidoras de Energia do Sistema Eletrobras têm para as regiões Norte e Nordeste, onde estão localizados os estados como maior índices de desigualdade do país. Nesse sentido, apostar na sua privatização é impedir a continuidade do crescimento econômico e social iniciado no Governo Lula.

A FNU, os sindicatos e os trabalhadores entendem que a capacidade de investimento das distribuidoras de Energia do Sistema Eletrobras é prejudicada pela aplicação contínua de multas por parte da ANEEL, pelo pagamento de ICMS sobre faturas não recebidas e pelas dívidas milionárias dos estados e municípios. É preciso alterar a legislação para corrigir erros históricos.

Por que não adotar outros critérios para avaliar o desempenho das distribuidoras de energia do Sistema Eletrobras? Com a exclusão das despesas não operacionais, como: custo da dívida financeira com a Eletrobras; custo com a compra de energia no mercado de curto prazo-PLD, dentre outros aspectos, que dariam uma nova condição para o fortalecimento destas empresas.

O dia 17 de março é o momento de reafirmar a posição em defesa das distribuidoras de energia do Sistema Eletrobras. Pela renovação das concessões e contra as privatizações. Participem das atividades promovidas junto com seu sindicato.

Portal da CTB

Trabalhadores em educação prometem parar o Brasil nesta segunda (17)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) convocou uma paralisação para esta segunda-feira (17), terça (18) e quarta (19) para defender a lei do piso salarial, uma política de carreira e jornada de trabalho adequada aos profissionais da educação. "Não é apenas a questão salarial", diz Marilene Betros, dirigente da CTB. "É a nossa luta pelo respeito à lei 11.738/2008 sobre o piso salarial nacional para os profissionais da educação no país", defende.

Marilene desafia prefeitos e governadores que se recusam a pagar o piso se escudando na Lei de Responsabilidade Fiscal "a comprovar isso perante o governo federal e buscar os recursos necessários com o Ministério da Educação (MEC)". Além da questão salarial, os trabalhadores em educação reivindicam uma jornada compatível com o "bom desempenho de suas funções", garante a cetebista, que também é dirigente da APLB-Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia. "Defendemos ainda a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e dos royalties de petróleo para transformar a educação pública em prioridade nacional com valorização dos profissionais do setor", reforça.

De acordo com ela, "os profissionais da educação precisam de 1/3 de sua jornada para se dedicar aos estudos, para a preparação das aulas, a correção de provas, enfim para desenvolver todas as atividades e dessa maneira desempenhar melhor o seu trabalho". Outra questão que aflige os trabalhadores em educação no país trata-se da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita a 4 anos no Congresso Nacional. "Mas defendemos a aprovação do relatório da Câmara dos Deputados, aprovado em 2012. Não traz todas as reivindicações dos profissionais do setor, mas é bem melhor do que as emendas feitas no Senado no ano passado", sintetiza.

"Todas as manifestações e pesquisas recentes mostram grande preocupação da sociedade com a educação e nós acreditamos que ela deve ser entendida como estratégica para o desenvolvimento autônomo do país", pondera Marilene. Isso porque "educação pública de qualidade interessa a todos e deve ser encarada com muita seriedade por governantes, profissionais do setor,

estudantes e toda a sociedade. O país não pode mais protelar valorizar a educação pública para melhorar a vida de todos", reforça. "Cruzar os braços agora para sermos respeitados e valorizados."

Marcos Aurélio Ruy – Portal CTB

Portal da CTB

ENTREVISTA: Contag define estratégia de organização para o sindicalismo rural

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, falou ao *Portal CTB*, em entrevista exclusiva, sobre as mudanças políticas, sociais e normativas da organização sindical dos trabalhadores rurais. O tema vem sendo discutido amplamente pela Confederação e suas federações e sindicatos filiados. A representação e representatividade sindical no campo também vêm sendo analisadas por um Grupo de Trabalho instalado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A Contag, que completou 50 anos em 2013, conta com 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags) e mais de 4 mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados. É a maior entidade representativa que compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

Veja a seguir a entrevista completa com o presidente da Contag:

Como é formado o sindicalismo rural?

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) é um movimento jovem que completou 50 anos de existência em 2013. O sistema confederativo do MSTTR é formado pela Contag, Fetags e Sindicatos que representam e defendem os interesses dos homens e mulheres, jovens até a terceira idade, que vivem no campo brasileiro e que denominamos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nosso sindicalismo é muito importante para os trabalhadores rurais brasileiros e para o país, porque a Contag, os sindicatos e as federações travam lutas que vão além do mundo rural, e ajudam a alavancar o desenvolvimento local e territorial. Lutamos por políticas públicas que venham melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Como é a organização sindical desses trabalhadores?

Este é o grande debate agora. Nós conseguimos ficar juntos por 50 anos. Nos últimos 15 anos, a Contag tem sido protagonista de uma nova visão de agricultura familiar, não somente uma agricultura familiar de subsistência, pequena, pobre, mas uma agricultura familiar desenvolvida, integrada aos mercados. Podemos citar, por exemplo, a conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Mais Alimentos, Política Nacional do Trabalhador Rural Empregado (PNATRE) e outros que ajudam atender as demandas e melhorar as condições de vidas dos/as trabalhadores/as rurais.

As políticas conquistadas fortaleceu a agricultura familiar que melhorou suas condições de trabalho e produção e passou a demandar mais mão de obra, especialmente nas culturas do café, tabaco, cebola, uva, leite e hortifrutigranjeiros. E com o aumento da contratação de mão de obra assalariada na agricultura familiar, surgem conflitos de interesses dentro da organização sindical que abarca as duas categorias – assalariados/as rurais e agricultores/as familiares.

Originalmente destes conflitos e de outros interesses de lideranças do mundo sindical surgem a criação de novas organizações sindicais em nossa base, especificamente de assalariados rurais e/ou para representar agricultores familiares. Por falta de critérios do Ministério do Trabalho, na maioria dos casos a Justiça é chamada a decidir pelo reconhecimento ou não destas novas organizações, fato este que tem contribuído para o judiciário formar uma visão judicial, segundo a qual, a nossa categoria de trabalhadores rurais é eclética e, portanto, é passível a dissociação – criação de uma categoria mais específica.

Essa visão também vem do Ministério do Trabalho e Emprego?

Não só do Ministério, mas também do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Federal. Vem de várias visões judiciais, aliadas a algumas práticas nossas através dos tempos.

Como funciona a representação sindical dos trabalhadores rurais nos outros países?

Não existe nenhum outro país no mundo que tenha uma organização idêntica à nossa. Em quase todos os outros países a agricultura familiar está extinta, assim como trabalhadores rurais e sindicatos. Nós somos um dos únicos a ter esta composição.

Podemos dizer que o Brasil tem uma das organizações mais estruturadas da agricultura familiar?

Em outros países podem ter formas de organização parecidas, principalmente na América Latina. Mas não existe nenhuma outra entidade igual ao sistema Confederativo do Movimento Sindical dos Trabalhadores/as Rurais que funcione organicamente com a Confederação, federações e sindicato. Nosso sistema, além de abrigar na mesma casa agricultores familiares e assalariados, é

marcado pela forte diversidade ideias e posições o que fortalece a democracia interna com a participação das mulheres, jovens e das pessoas da terceira idade nas principais instâncias de decisão do Movimento que são os congressos, Conselhos deliberativos, Coletivos, comissões e outros espaços de debate. Nosso sistema mantém a autonomia e independência das instâncias, porém é preservada a interdependência organizativa e sindical, o que o torna único e distinto.

Este ano é marcado por grandes eventos, como Copa do Mundo e eleições. Isto afeta de algum modo a agenda da Contag?

Sim, interferem as eleições majoritárias e as candidaturas orgânicas do movimento. É um tema a mais na agenda e exige muita responsabilidade política da Contag e suas federações. Por isso, estamos ajustando nosso calendário e agenda sindical para fazermos um grande debate neste processo eleitoral, vamos construir plataformas com propostas políticas aos candidatos aos governos estaduais e aos candidatos à Presidência da República, e vamos apresentar e trabalhar para eleger o maior número de candidatos/as orgânicos do nosso movimento.

Entendemos que é preciso mudar governos estaduais e as forças partidárias no Congresso e nas Assembleias Legislativas. Para tanto, a Contag e suas federações farão sua parte, começando por um profundo debate sobre a representação e atuação de governos e parlamentos – o que temos e o que queremos deles. Vamos fazer nossa parte. Quanto à Copa do Mundo, mesmo com prazo para começar e terminar, não sabemos mensurar o quanto vai interferir na nossa vida sindical, até porque não sabemos os resultados que ela vai produzir. Esperamos que ela se desenvolva bem e que o Brasil seja campeão.

O que mais pode ser destacado na pauta da confederação para 2014?

Para 2014, além das lutas gerais, destacaria as grandes mobilizações: Grito da Terra, Festival da Juventude e o Ano Internacional da Agricultura Familiar, que são momentos de muita organização, mobilização e negociação. 2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar, aprovado pela ONU. A Contag tem sido protagonista nesta articulação e mobilização internacional com outras organizações camponesas do mundo, pressionando os governos para que a ONU decretasse o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Essa aprovação veio no final de 2011.

Nós queremos fazer um grande debate nacional e internacional. Queremos envolver a CTB nesse processo, as demais centrais, as demais forças políticas, para internalizar e internacionalizar o debate da agricultura familiar, a sua importância política, econômica, social, cultural. Afirmar a importância da agricultura familiar no combate à fome, com a produção de alimento e assegurar a soberania e segurança alimentar das nações.

Nesse debate, queremos incluir o tema da reforma agrária, do acesso aos meios de produção, da terra e da água como elementos centrais para a promoção da inclusão produtiva, geração de trabalho e renda, fortalecimento da agricultura familiar enquanto base indispensável para o desenvolvimento rural sustentável. Esse é mais um elemento que vamos debater este ano, com muita força.

Como está o debate sobre a representação sindical dos trabalhadores rurais?

Está prevista para março/2014 a realização de cinco grandes encontros regionais, cada um com no mínimo dez dirigentes de cada federação. Serão três dias de intenso debate, ocasião em que cada regional sindical terá a missão de apontar propostas de medidas estratégicas e ações para que a reunião, no final de março, do Conselho extraordinário da Contag tome as decisões sobre a representação e representatividade no MSTTR. O tema da representação e representatividade é um tema complexo e difícil de ser tratado, porém é vital para o Movimento e precisa envolver toda a base sindical.

Vamos fazer esse debate e aproveitar para tratar outros temas que estão inter-relacionados e fazem parte de nossa agenda como a reforma política, eleições majoritárias e o Grito da Terra - elaboração e entrega da pauta para a Presidenta Dilma e a estratégia de negociação e mobilização. A CTB está convidada para estar presente, participando e colaborando com a realização do Grito da Terra Brasil.

Como é a relação das centrais sindicais com a Contag?

Tivemos um momento histórico. A Contag é uma federação de 50 anos muito heterogênea. Ela é a cara dos trabalhadores rurais, negros, brancos, pardos. Somos uma entidade muito diversificada cultural, política e ideologicamente. No momento temos duas correntes políticas majoritárias que permeiam o campo da organização sindical, a CTB e a CUT. Nós convivemos com as duas centrais, isso já é uma relação madura. Nem sempre é fácil, existem diferenças entre elas, e nós queremos fazer com que muitos pontos que são comuns entre as duas centrais possam ajudar a luta da Contag. Tivemos pela primeira vez na história, até onde me lembro, dois presidentes, o Adilson Araújo (CTB) e o Vagner Freitas (CUT), sentados juntos com a executiva da Contag debatendo temas (em reunião realizada no dia 7 de março, em Brasília). Isso é algo muito importante para nós.

Nesta reunião, o que foi discutido com os representantes das centrais?

Colocamos vários temas da agenda política: a reforma agrária, o Ano Internacional da Agricultura Familiar, a luta pelo desenvolvimento sustentável, pela produção de alimentos saudáveis, pelas políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Para a agricultura familiar, aproveitar o ano internacional como mote político para tornar as centrais sindicais ainda mais comprometidas com a luta do campo. Abrimos um primeiro diálogo e chegamos até a armar um seminário, em alusão ao Ano Internacional da Agricultura Familiar, para debater estes temas e, quem sabe, pautar o governo e o Congresso Nacional. Também, incorporar na pauta das centrais sindicais, a pauta do Grito da Terra, para que possamos avançar verdadeiramente com as políticas públicas para o campo. Mas não só isso. Também colocamos e cobramos das duas centrais sindicais a participação e apoio à Contag no processo de discussão sobre representação e representatividade, especialmente na definição de critérios para o registro sindical rural decorrente da criação e/ou dissociação.

Qual a posição da Contag sobre a organização da categoria?

No nosso entendimento, a dissociação é o melhor caminho para preservar os nossos interesses, a nossa unidade e o conceito de categoria. A possibilidade de representar a agricultura familiar, o assalariado, sem tirar o direito dos sindicatos que querem permanecer juntos. E isso é um direito sagrado. As decisões judiciais afirmam que a dissociação de uma categoria (por exemplo, a de assalariados) de uma organização eclética (Sindicato de Trabalhadores Rurais) não fere a Unidade Sindical, e por isso as duas podem existir na mesma base, prevalecendo a representação da entidade mais específica.

Mas, o que mais nos preocupa é a definição de marcos normativos ou leis com regras seguras e claras que permitam disciplinar a criação e registro de organizações no meio rural. Precisamos urgentemente coibir todo ato ou prática antissindical e desleal de criação do dia para a noite de sindicatos e federações sem representatividade e legitimidade alguma. Queremos que sejam estabelecidos critérios justos, critérios que digam que os trabalhadores podem expressar sua vontade, mas de forma transparente. Expomos nossas preocupações e propostas para as centrais e apontamos em que pontos elas podem nos ajudar, com a interlocução delas com o governo, com o Ministério do Trabalho, para que não seja a Justiça que diga o que temos que fazer e como, mas para que nós possamos dizer o que queremos e como queremos.

Esse tema já foi debatido com o governo?

É um debate que já está sendo feito com o governo através do Grupo de Trabalho por ele instituído, em que teve a participação das centrais sindicais, da Contag, Fetraf e da Feraesp para discutir o tema, mas os avanços até o momento foram muito tímidos.

O que falta para avançar?

Temos um conjunto de questões muito complexas. Por falta de legislação específica, de critérios, o Judiciário, com base nas suas decisões, está criando jurisprudência que estão virando regras e algumas que colocam o Ministério do Trabalho na defensiva, já que o órgão passa a se obrigado a fazer o que a Justiça manda. A intromissão dos poderes públicos na organização e representação sindical fere o princípio da liberdade e autonomia sindical. É um tema realmente complexo, que exige um debate aprofundado e muita maturidade política. Estamos levando a proposta inicialmente e precisamos que o governo tenha coragem e determine a criação de normativos mais sérios sobre o assunto.

Como a Contag vê a participação das centrais na construção de um projeto coletivo?

É preciso destacar que esta não é uma prática muito cotidiana. Para se compreender a dimensão política disso, nessa nossa diversidade trouxemos duas centrais sindicais para discutir os temas da Contag, e as duas podem ser uma âncora de apoio às nossas lutas. Uma é interna, do ponto de vista da organização sindical no campo, e a outra relaciona-se ao projeto político e engloba as grandes questões nacionais que afetam os trabalhadores do campo, entre elas a ausência da reforma agrária, da regularização fundiária, das condições de trabalho e salários dignos, combate à informalidade e do desenvolvimento rural sustentável do campo brasileiro. Queremos fortalecer nossa aliança com as centrais CUT e CBT e com demais organizações parceiras para avançarmos na implantação do nosso projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário para o campo brasileiro.

Em 2013, a Contag completou 50 anos. O que podemos destacar na história da confederação?

Ao completar meio século de vida, a Contag apresenta uma trajetória de luta e grandes conquistas que melhoraram as condições de vida de milhares de trabalhadores rurais, fruto da organização, trabalho e da mobilização dos mais de 4 mil sindicatos e das 27 federações filiadas que compõem, junto com a Contag, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

A Contag iniciou sua atuação no momento em que se discutiam as reformas de base onde se tratava as relações de trabalho, os assalariados rurais, a reforma agrária e regulação fundiária. Em 1964, o golpe militar reprimiu todos os movimentos populares, inclusive suas lideranças e políticos comprometidos com as reformas de base. A Contag sofreu intervenção e o primeiro presidente da entidade, Lyndolpho Silva, foi preso e exilado. Outras lideranças e dirigentes sindicais foram torturados, exilados e assassinados. A Contag integrou, junto a outros movimentos sociais, a vanguarda na luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil, reivindicando uma ampla e irrestrita anistia política, eleições diretas e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Durante a Constituinte, alcançamos conquistas importantes, como a inclusão dos rurais no Regime Geral da Previdência Social e a extensão dos direitos trabalhistas aos assalariados(as) rurais. Em contraposição ao avanço das políticas neoliberais e o fortalecimento do atual modelo agrícola predominante, formado pela aliança da classe patronal com o capital financeiro e industrial denominado Agronegócio, o MSTTR construiu o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) como um instrumento estratégico para assegurar melhores condições de vida e de trabalho para o homem e a mulher do campo, através da reforma agrária, da valorização e fortalecimento da agricultura familiar, da valorização do trabalho e por políticas públicas capazes de assegurar a inclusão social e a qualidade de vida no campo brasileiro.

Esses 50 anos foram marcados pelas constantes mobilizações em defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, entre as quais podem ser destacadas o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas, o Festival da Juventude e a Mobilização dos Assalariados(as) Rurais, que continuam conquistando melhorias para toda a população do campo. Internamente, a Contag fortaleceu a democracia, assegurando a integração das mulheres, dos jovens e das pessoas da terceira idade em suas mobilizações e instâncias deliberativas. A Contag é referência no país na luta pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, e na defesa permanente dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

De Brasília, Daiana Lima – Portal CTB

Portal da CUT

Contraf-CUT rechaça acordo negociado entre INSS e Febraban sobre reabilitação profissional

14/03/2014

Entidade encaminhou requerimento ao INSS solicitando a suspensão dos procedimentos, reivindicando uma consulta pública e a participação dos trabalhadores nas discussões das propostas
Escrito por: Contraf-CUT

A Contraf-CUT mantém firme a mobilização contra as mudanças no auxílio-doença e o acordo de reabilitação profissional entre o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A Confederação protocolou no dia 26 de fevereiro, em Brasília, um requerimento endereçado ao presidente do INSS, Lindolfo Neto de Oliveira Sales, solicitando a suspensão dos procedimentos, reivindicando uma consulta pública e a participação dos trabalhadores nas discussões das propostas.

Repúdio ao acordo sem participação tripartite

Foi a partir da constante interferência da Contraf-CUT que o INSS suspendeu o Acordo de Cooperação Técnica no Âmbito da Reabilitação Profissional com o ramo financeiro, em outubro do ano passado.

Mas em outras categorias este convênio vem sendo firmado, desrespeitando convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 144, 148, 155 e 164, ratificadas pelo Brasil. Essas convenções determinam o critério tripartite, com participação dos trabalhadores na elaboração ou implementação de políticas de saúde do trabalhador, especialmente sobre reabilitação profissional.

"A forma como o INSS tem tratado este tema, sem submeter a consulta pública e excluindo a participação dos representantes dos trabalhadores, é uma afronta à legalidade, inclusive à Constituição Federal", explica a assessora jurídica da Contraf-CUT, Maria Leonor Poço.

As centrais sindicais também já se manifestaram publicamente contra o estabelecimento desses convênios entre as empresas e o INSS. Para o secretário de Saúde do trabalhador da Contraf-CUT, Walcir Previtali, a categoria tem se deparado com um procedimento que só interessa ao setor patronal.

"Bancários e financeiros enfrentam sérios problemas de adoecimento gerados pelo ambiente de trabalho. Os bancos não se interessam em implantar medidas que coloquem em primeiro lugar a saúde dos trabalhadores. O que vemos é que estes convênios sem a participação do movimento sindical só geram mais obstáculos na recuperação do trabalhador", destaca Walcir.

Assim como a saúde, a habilitação e a reabilitação profissional são direitos do cidadão e dever do Estado. Maria Leonor Poço também chama a atenção para os perigos por trás deste tipo de convênio, que transfere para a iniciativa privada as atribuições do Estado.

"Ora, se os bancos não fazem a prevenção, se violam as normas de segurança e saúde do trabalhador, se ocultam os acidentes de trabalho e demitem os empregados adoecidos, que tipo de reabilitação profissional pretendem fazer? Somente esta realidade seria suficiente para levantar suspeita sobre o interesse dos banqueiros em estabelecer este convênio", aponta a assessora da Contraf-CUT.

O que pode piorar no auxílio-doença

No requerimento enviado ao INSS, a Contraf-CUT também lista problemas que podem ser gerados pelo novo modelo de avaliação da capacidade laboral do trabalhador, por meio da Nota Técnica de nº 04/2013/DIRSAT/INSS.

Entre as mudanças propostas, o trabalhador com afastamento de até 60 dias, poderia ter o auxílio-doença concedido sem perícia médica. O atestado fornecido por qualquer médico que tenha assistido o trabalhador, da rede pública ou da rede privada, serviria de prova para o INSS conceder o benefício.

"Somos contra o projeto apresentado pelo INSS porque colabora para o aumento da subnotificação dos acidentes e doenças do trabalho, uma vez que a proposta facilita a concessão dos benefícios previdenciários e dificulta, e muito, a concessão dos benefícios acidentários", alerta Walcir.

Segundo o INSS, um dos objetivos é descentralizar a concessão do auxílio-doença das mãos dos peritos médicos e dar mais rapidez para o recebimento do benefício. Mas pesquisadores da área da saúde também têm se posicionado contrários ao projeto, como a Fundacentro. Entre os riscos, menos segurados seriam encaminhados à reabilitação profissional do que atualmente, com o agravante do trabalhador ter complicações no quadro clínico e reflexos até irreversíveis.

Maria Leonor aponta, ainda, que os novos critérios para concessão de benefícios desrespeitam as normas nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação federal. "Por exemplo: exige que o segurado tenha no mínimo 12 meses de contribuição consecutiva. Isto é ilegal, aliás, aos acidentes de qualquer natureza é garantido o acesso a benefício previdenciário sem exigência de carência. Assim, este novo modelo viola o artigo 26 da lei 8213/91."

"É algo que vai muito além da abordagem médica. Os trabalhadores, que adoecem e passam por processo de reabilitação profissional, devem ser ouvidos e participar ativamente de todo o processo que determinará o retorno ao trabalho. O saber do trabalhador deve fazer parte de uma séria e comprometida política de reabilitação profissional", finaliza Walcir.

Portal da CUT

Professor da Unicamp denuncia manipulação de jornal contra o SUS

Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia, diz que reportagem manipulou relatório do Banco Mundial para induzir leitor a ver fracasso onde, na verdade, houve conquistas na Saúde
Escrito por:

O professor Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da Unicamp, diante de uma manchete da primeira página do jornal *Folha de S. Paulo*, de dezembro do ano passado, decidiu pesquisar o tema e constatou que, segundo, ele, houve manipulação da informação publicada pelo impresso.

Para Fagnani, a manchete não deixou margem para dúvida: "Ineficiência marca gestão do SUS, diz Banco Mundial". O texto destaca que essa era "uma das conclusões de relatório inédito obtido com exclusividade pela Folha". E a mensagem subliminar era clara: o SUS (Sistema Único de Saúde) é um fracasso e o Ministro da Saúde, incompetente, segundo o professor da Unicamp.

SUS e a CUT- A Central Única dos Trabalhadores defende a valorização e o fortalecimento do SUS, segundo o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, é uma conquista importante da nossa sociedade, fundamentalmente dos trabalhadores e das trabalhadoras. A Central também defende que o Estado cumpra seu papel, oferecendo melhores serviços públicos não somente na saúde, mas também na educação, transporte coletivo e segurança.

Abaixo a íntegra do texto escrito pelo professor:

A curta matéria da suposta avaliação do Banco Mundial sobre vinte anos do SUS é atravessada de "informações" sobre desorganização crônica, financiamento insuficiente, deficiências estruturais, falta de racionalidade do gasto, baixa eficiência da rede hospitalar, subutilização de leitos e salas cirúrgicas, taxa média de ocupação reduzida, superlotação de hospitais de referência, internações que poderiam ser feitas em ambulatórios, falta de investimentos em capacitação, criação de protocolos e regulação de demanda, entre outras.

Desconfiado, entrei no site do Banco Mundial e consegui acesso ao "inédito" documento "exclusivo". Para meu espanto, consultando as conclusões da síntese (Overview), deparei-me com a seguinte passagem que sintetiza as conclusões do documento (página 10):

"Nos últimos 20 anos, o Brasil tem obtido melhorias impressionantes nas condições de saúde, com reduções dramáticas mortalidade infantil e o aumento na expectativa de vida. Igualmente importante, as disparidades geográficas e socioeconômicas tornaram-se muito menos pronunciadas. Existem boas razões para se acreditar que o SUS teve importante papel nessas mudanças. A rápida expansão da atenção básica contribuiu para a mudança nos padrões de utilização dos serviços de saúde com uma participação crescente de atendimentos que ocorrem nos centros de saúde e em outras instalações de cuidados primários. Houve também um crescimento global na utilização de serviços de saúde e uma redução na proporção de famílias que tinham problemas de acesso aos cuidados de saúde por razões financeiras. Em suma, as reformas do SUS têm alcançado pelo menos parcialmente as metas de acesso universal e equitativo aos cuidados de saúde (tradução rápida do autor).

Após ler essa passagem tive dúvidas se havia lido o mesmo documento obtido pela jornalista. Fiz novos testes e cheguei à conclusão que sim. Constatado que estava no rumo certo continuei a ler a avaliação do Banco Mundial e percebi que as críticas são apontadas como "desafios a serem enfrentados no futuro", visando o aperfeiçoamento do SUS.

Nesse caso, o órgão privilegia cinco pontos, a saber: ampliar o acesso aos cuidados de saúde; melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde; redefinir os papéis e relações entre os diferentes níveis de governo; elevar o nível e a eficácia dos gastos do governo; e, melhorar os mecanismos de informações e monitoramento para o "apoio contínuo da reforma do sistema de saúde" brasileiro.

O Banco Mundial tem razão sobre os desafios futuros, mas acrescenta pouco ao que os especialistas brasileiros têm dito nas últimas décadas. Não obstante, é paradoxal que esses pontos críticos ainda são, de fato, críticos, em grande medida, pela ferrenha oposição que o Banco Mundial sempre fez ao SUS, desde a sua criação em 1988: o sistema universal brasileiro estava na contramão do "Consenso de Washington" e do modelo dos "três pilares" recomendado pelo órgão aos países subdesenvolvidos. É preciso advertir aos leitores jovens que, desde o final dos anos de 1980, Banco Mundial sempre foi prejudicial à saúde brasileira.

É uma pena que o debate sobre temas nacionais relevantes – como o sistema público de saúde, por exemplo – seja interditado pela desinformação movida pelo antagonismo das posições políticas, muitas vezes travestido de ódio, que perpassa a sociedade, incluindo a mídia.

Que o espírito reconciliador Mandela ilumine os brasileiros – e o pobre debate nacional.

**Eduardo Fagnani é professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT/IE-UNICAMP) e coordenador da rede Plataforma Política Social – Agenda para o Desenvolvimento (www.politicasocial.net.br). A íntegra do texto escrito pelo professor foi publicada no portal Carta Campinas*

Organizado por Ernesto Germano